SUBMISSÃO DE ARTIGOS

A *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil* dispõe de qualificado comitê de pareceristas, a cujo crivo são submetidos os artigos enviados para publicação. A análise preliminar do texto é realizada pelas coordenadoras editoriais, sem apreciação do mérito do artigo, para verificação da adequação do trabalho à linha editorial da revista. Em seguida, os trabalhos são submetidos ao sistema de dupla revisão cega por pares, exigindo-se dois pareceres favoráveis para que sejam publicados. Caso qualquer dos pareceres recomende a publicação mediante modificações, as sugestões elaboradas serão encaminhadas ao autor para aprovação e eventual adaptação do artigo, sem identificação do parecerista. Após a aprovação final dos trabalhos pelos pareceristas, não serão admitidas alterações no texto pelo autor.

O envio de conteúdo editorial para publicação na *RBDCivil* implica aceitação dos termos e condições da CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA E TERMO DE RESPONSABILIDADE, por meio da qual o autor cede globalmente os direitos autorais do conteúdo editorial enviado exclusivamente para a *Revista Brasileira de Direito Civil* e seus sucessores ou cessionários, por todo o prazo de vigência dos direitos patrimoniais de autor, previsto na Lei Autoral brasileira, para publicação ou distribuição em meio impresso ou eletrônico, ficando a revista autorizada a incluir esse conteúdo editorial, nos meios de divulgação impressos ou digitais, *on-line*, intranet, via internet e hospedagem, isoladamente ou em conjunto com outras obras e serviços de informação eletrônica, em servidores próprios, de terceiros ou de clientes, podendo distribuí-la comercialmente e comercializá-la, por todos os meios eletrônicos existentes ou que venham a ser criados futuramente, inclusive através de armazenamento temporário ou definitivo em memória ou disco dos usuários ou clientes, em aparelhos móveis ou fixos, portáteis ou não, cabendo à *RBDCivil* determinar todas as suas características editoriais e gráficas, preço, modos de distribuição, disponibilização, visualização, acesso, *download*, venda e revenda aos distribuidores, portais de internet, banco de dados, bem como promoções, divulgação e publicidade. A *Revista Brasileira de Direito Civil* fica autorizada a proceder a modificações e correções para a adequação do texto às normas de publicação.

Para submissão dos trabalhos, os autores e coautores devem se cadastrar na plataforma SEER/OJS pelo acesso ao Portal da *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil* (www.rbdcivil.ibdcivil.org.br), clicando na opção AUTOR e seguindo as orientações do *site*. Eventual dúvida pode ser dirimida por meio de mensagens eletrônicas ao *e-mail* do periódico (rbdcivil@ibdcivil.org.br).

Os trabalhos a serem submetidos à *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil* para publicação devem observar as seguintes normas:

1. Ressalvadas hipóteses excepcionais de publicação a convite, os artigos submetidos para avaliação devem ser inéditos, tanto em meio impresso quanto digital e tanto em português quanto em outros idiomas, e exclusivos, isto é, sua publicação não deve estar pendente em outro local.
2. Ressalvadas hipóteses excepcionais de publicação a convite, a titulação mínima do autor principal dos artigos a serem submetidos para avaliação será de doutor, e a titulação mínima dos coautores deve ser de mestre.
3. Os trabalhos não podem conter qualquer identificação do autor.
4. Caso o trabalho tenha recebido financiamento para seu desenvolvimento por instituição pública ou privada, o autor deve indicar o nome da instituição.
5. Os trabalhos devem ser submetidos em formato Word 97 ou superior (padrão DOC).
6. Os trabalhos para a seção de Doutrina deverão ter preferencialmente entre 15 e 35 laudas e ser redigidos em português, inglês ou qualquer idioma neolatino.
7. As referências devem ser feitas em notas de rodapé.
8. Todos os artigos devem ser precedidos de:
   a) título em português (e na língua original do artigo, para os textos escritos em língua estrangeira) e em inglês. O título em português deve estar escrito sem negrito, centralizado e em letras caixa-alta. O título em inglês (e na língua original do texto) deve estar abaixo do título em português, centralizado.
   b) resumo e palavras-chave em português e em inglês (e na língua original do artigo). Cada resumo não deve ultrapassar 10 linhas, devendo ser evitadas as abreviaturas. O resumo em língua estrangeira deve ser uma versão fiel do resumo em português, assim como as palavras-chave em língua estrangeira. Ao final de cada resumo devem constar 3 a 6 descritores ou palavras-chave para indexação, separados por ponto.
   c) sumário em português (e na língua original do artigo), numerado, com as divisões do texto, separada cada divisão da outra por um travessão. Exemplo: Sumário: Introdução – 1 Realidade social e ordenamento jurídico – 2 Regras jurídicas e regras sociais – 3 O jurista e as escolhas legislativas – 4 O Código Civil – 5 A Constituição – 6 A chamada descodificação – 7 Conclusão.

9. Qualquer destaque que se queira dar ao texto, sempre com parcimônia, deve ser feito com o uso do itálico. Não deve ser usado o negrito ou o sublinhado.
10. As revisões ortográfica e gramatical são inteiramente de responsabilidade do autor.
11. O autor deve indicar qualquer potencial conflito de interesse, bem como indicar todas as eventuais fontes de financiamento ou suporte, institucional ou privado, para a realização do estudo.
12. No caso de artigos ou de ensaios com pesquisas envolvendo pessoas humanas, deverá haver a prévia aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, bem como a obediência estrita e restrita às declarações internacionais e às resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Neste caso, o autor deve informar o protocolo de aprovação, anexando o respectivo parecer.
13. O autor deve se declarar integralmente responsável pela exatidão e integridade de qualquer parte da obra.
14. Todos os direitos editoriais estão reservados ao Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil e, ante a vigência da lei de direitos autorais, deverão ser rigorosamente obedecidos. A publicação dos artigos pela *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, em formato impresso ou digital, implica a transferência gratuita dos direitos autorais à publicação.
15. Somente após publicado no *site* oficial da revista, os autores estão autorizados a reproduzir os artigos veiculados, sempre com a citação da fonte completa, inclusive se publicarem os artigos em outro periódico, o que só se admitirá depois da publicação na *RBDCivil* e correspondente citação da fonte.